



Sindicatos do Rio Grande do Sul denunciam pressão e truculência patronal



Sindicatos do Rio Grande do Sul vêm denunciar à categoria a postura truculenta e ilegal dos patrões dentro da campanha salarial em andamento. Para pressionar os sindicatos, as empresas não estão repassando aos sindicatos os valores relativos às mensalidades e convênios que são descontados dos vigilantes.

É uma atitude abusiva, ilegal, que caracteriza conduta ANTISSINDICAL, pois estão se apropriando de um dinheiro que é do trabalhador – tudo como represália aos sindicatos por não terem ainda assinado a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2018 do modo que as empresas querem.

A patronal está inconformada porque os sindicatos resistiram à proposta vergonhosa e inaceitável que fizeram, com inúmeras cláusulas que retiram direitos fundamentais da categoria. Resolveram partir para a

retaliação, querem quebrar os sindicatos, mas nós não nos intimidaremos e nos recusaremos a assinar uma convenção que represente uma traição à categoria.

Estão propondo, por exemplo que o intervalo poderá iniciar uma hora após o começo da jornada ou uma hora antes do final. Querem que o vigilante bancário e da escala 12x36 trabalhem no fim de semana para complementar jornada. Querem que as férias possam iniciar em dia de feriado ou domingo; querem permitir a adoção de toda e qualquer escala de trabalho, à livre escolha do patrão.

Realmente, os sindicatos ficam em situação financeira muito difícil sem os repasses das mensalidades e convênios passando a acumular dívidas, mas nós não vamos ceder, não aceitamos proposta que retire direitos dos trabalhadores. Já estamos denunciando os fatos ao Ministério Público do Trabalho (MPT), mas precisamos contar com o apoio e a mobilização da categoria. Vamos vencer!

NÃO ACEITAMOS PRESSÃO E NEM PROPOSTA INDECENTE DE PATRÃO. VAMOS À LUTA, VIGILANTES. PARTICIPEM DAS ASSEMBLEIAS, UNIDOS SOMOS FORTES!

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Vitória dos vigilantes de carro-forte do Rio Grande do Norte contra a empresa Prosegur



Após muita luta, os vigilantes de carro-forte do Rio Grande do Norte conseguiram que a justiça fosse feita. Agora, a Prosegur foi condenada a pagar o montante de R\$ 3 milhões, divididos pelos trabalhadores que viviam como escravos, adoecendo e perdendo suas famílias por culpa da exploração patronal. A condenação é fruto de ações impetradas ainda em 2012 pelo Sindforte-RN. O pagamento será feito em três parcelas.

Segundo o presidente da entidade e secretário de Transporte de Valores da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Márcio Figueredo, “essa é a resposta para uma gestão desumana, que não reconhece o valor de seus trabalhadores e que só pensa em enriquecer contas bancárias”. Figueredo denunciou ainda que os gestores agem como se fossem donos da empresa, além de semear discórdia entre os trabalhadores.

Vigilante, sindicalize-se

Figueredo destacou ainda a importância da sindicalização dos trabalhadores para construir um sindicato cada vez mais forte e avançar ainda mais na conquista de direitos para a categoria. “É uma questão de inteligência”, afirmou. “Até mesmo os patrões

se organizam em sindicatos e querem acabar com os trabalhadores. Hoje, essa vitória deixa claro quão importante é a união dos vigilantes e a construção de um sindicato forte e responsável”, disse.

“Infelizmente, quem está do lado do patrão está sendo enganado por uma gestão que só visa o próprio bolso, ganhando seis vezes mais do que o trabalhador que está arriscando sua vida dentro de um carro blindado que não oferece a devida segurança. Acordem e venham para o lado certo! Depois que sangue for derramado, medalha nenhuma no mundo fará um herói voltar a viver!”, completou o presidente do sindicato.

O Sindforte-RN agradece a todos os trabalhadores que confiam em sua administração e reafirma seu compromisso de continuar lutando para defender os direitos dos trabalhadores.

Fonte: CNTV com informações do

Sindforte/RN

Flash Vigilância descumpre convenção coletiva no RN



Diariamente o Sindsecur participa de mediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RN) com o objetivo de proteger os direitos dos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte.

Nesta quinta-feira (19/4) mais uma vez a diretoria do sindicato protestou contra abusos praticados pela empresa Flash Vigilância, que descumpre a Convenção Coletiva de Trabalho, no que diz respeito à jornada de trabalho e

ao piso salarial da categoria.

Além de empregar o regime de trabalho por hora a referida empresa paga piso salarial inferior ao determinado pela convenção coletiva. No dia 11 de maio ocorrerá uma nova audiência no Ministério do Trabalho com o objetivo de fazer valer os direitos conquistados e garantidos por lei.

Esse é o papel de um sindicato de luta, exercer sua tarefa diária em defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Junte-se ao Sindsecur e venha fortalecer a nossa entidade sindical.



Fonte: Sindsecur-RN

Brasil pode ser processado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por causa da reforma

Com o tema “Legislar, avançar e resistir”, uma audiência pública realizada na semana passada na Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), debateu a legislação como forma de proteção aos direitos sociais. No foco das discussões, estavam os retrocessos trazidos pela reforma trabalhista.

De acordo com o procurador regional do Trabalho Cristiano Paixão, do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, no cenário pós reforma, para fazer valer os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 88, é fundamental ativar o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, do qual o Brasil faz parte.

Ele conta que já existem denúncias de violações, feitas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, por esse motivo, foi promovida audiência pública no ano passado em Montevidéu, e não está descartada a possibilidade de o país sofrer um processo de violação em direitos humanos em decorrência dessas denúncias.

“O sistema interamericano de proteção de direitos humanos vem concedendo atenção cada vez maior aos direitos sociais, tanto que há uma relatoria especial sobre direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na comissão e houve, no âmbito da corte, uma decisão pioneira sobre direitos sociais, o caso Lagos del Campo vs. Perú”, explica o procurador Cristiano Paixão, citando iniciativas recentes dos dois principais órgãos que compõem o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano,

lamentou que “no 30º ano da Constituição Federal, o Congresso Nacional, de uma forma geral, tenta minimizar a eficácia dos direitos socialmente protegidos nela, aqueles individuais também, de uma forma a aprovar leis ordinárias a se sobreporem à Constituição e a tratados e convenções internacionais”.

A procuradora Ludmila Reis Brito Lopes, igualmente do MPT da 10ª e que também participou da audiência, enfatizou a importância da legislação para consolidar o estado democrático de direito, enumerando leis que contribuíram para isso e para a redução da desigualdade, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Igualdade Racial.

No entanto, a partir da fragmentação do mundo do trabalho causada pela Lei 13.467, segundo defende, tem sido criada, cada vez mais, uma sociedade de excluídos, aumentando a desigualdade, retirando a cidadania e a dignidade de trabalhadores. “Sem cidadania e trabalho digno, não há força nem espaço para lutar pelos próprios direitos”, conclui Ludmila Reis.

Participaram, ainda, da audiência: o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto, e a presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 10ª Região, Rosarita Machado Caron, entre outras autoridades.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF